



Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.118.069/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

INTRODUÇÃO
A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. gerencia o transporte entre os municípios que compõem as Regiões Metropolitanas do Estado: São Paulo (RMSP), Baixada Santista (RBMS), Campinas (RMC), Vale do Paraíba/Litoral Norte (RMVPLN) e Sorocaba (RMS). São 134 cidades e mais de 30 milhões de habitantes. A EMTU/SP é uma sociedade anônima integrante da administração indireta do Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Estado de Transportes Metropolitanos (STM).

1.1. GESTÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO

1.1. POR REGIÃO
• **Região Metropolitana de São Paulo**
A RMSP é composta por 39 municípios que são interligados por 532 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 3.528 ônibus (fonte: Gerências Regionais). Em 2022 foram transportados na RMSP cerca de 396,5 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento nessa região possui 7.416 veículos cadastrados na Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Continuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2022, no sistema Regular, foram realizadas 7.725 fiscalizações em campo, mais de 50 mil fiscalizações eletrônicas e 19,5 mil inspeções de frota, nos dois sistemas, Regular e Fretamento. Na RMSP está em operação o Corredor Metropolitano ABD (São Mateus - Jabaquara), além da extensão Diadema-Morumbi com 45 km de faixas (33 km exclusivas e 12 km compartilhadas) para ônibus, e o Corredor Guarulhos - São Paulo (Tucuruvi), com 15,6 km de extensão, sendo cerca de 12 km de faixa exclusiva para ônibus.

O corredor Itapevi - São Paulo está em fase de implantação, sendo que os trechos Carapicuíba, Luiz Bortolosso (Km 21) e Vila Yara (Amador Aguiar) já estão em operação.

Atualmente todas as cinco áreas da Região Metropolitana de São Paulo possuem o serviço regular de ônibus em regime de Concessão. As concessionárias que operam na RMSP são as seguintes:

Região	Concessionária	Objeto	Municípios
Área 1 Sudeste	Intervias	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Colia, Embu das Artes, Embu Guacu, Itapeacira da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista.
Área 2 Noroeste	Anhan-guera	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Barueri, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba.
Área 3 Nordeste	Internorte	Linhas Regulares (Comuns, Seletivas e Sist. Aeroporto)	Arujá, Guarulhos, Mairiporã, Santa Isabel.
Área 4 Leste	Unileste	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guaratuba, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Saleópolis, Suzano.
Área 5 Sudeste	NEXT	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo.
		Corredor São Mateus Jabaquara e extensão Diadema-Brooklin	

Por meio do Termo Aditivo nº 13 ao Contrato 020/97, assinado em março de 2021 com a ABC Sistema de Transporte SPE S.A. ("NEXT Mobilidade"), as linhas de ônibus remanescentes da Área 5, anteriormente operadas por 16 permissionárias, passaram a estar sob responsabilidade desta concessionária, assumidas na sua totalidade até 26 de março de 2022 pela Concessionária 100%.

CARTÃO TOP
O cartão TOP foi implementado em 2021 contribuindo para a modernização dos meios de pagamento dos transportes coletivos. Pela primeira vez, uma plataforma agregará e integrará funções de pagamento de transporte, débito e crédito e, futuramente, diversos outros serviços de relevância ao cidadão. O ano de 2022 foi marcado pelo fim da transição entre o Bilhete Ônibus Metropolitano - BOM e o TOP; os registros no cartão BOM não podem ser mais feitos, no entanto poderá ser utilizado até o fim de março de 2022. O cartão TOP é aceito nas linhas do Metrô, da CPTM e em todas as linhas da EMTU desde março de 2022. Ainda, no primeiro semestre de 2022 passou a ser aceito nas linhas metropolitanas de Rio Grande da Serra. Posteriormente, outros municípios passaram a aceitar essa forma de pagamento: Taboão da Serra e Arujá, Colia, São Roque e Ilhina (linhas suburbanas).

Materia publicada pela imprensa em agosto de 2022 destacou a expressividade do novo cartão, sendo utilizado em mais de 12 milhões de viagens, mais de 1,3 milhões de cadastros no aplicativo TOP e os Bilhetes Digitais QR Code utilizados no transporte já ultrapassam 185 milhões de unidades vendidas.

Fonte: <https://diariodotransporte.com.br/2022/08/16/plataforma-top-alcanca-numeros-importantes-e-caminha-para-consolidacao-no-dia-a-dia-dos-passageiros-do-transporte-publico-paulista/#:~:text=Hoje%2C20%2C%2C3%2BAmoros%20expressivos%20%2C3%2A1%20comprovam,185%20milhões%2C3%2B55es%20de%20unidades%20vendidas.>

BRT ABC
Em fevereiro de 2022, foi dada autorização pelo Governo para o início das obras do BRT ABC que é um sistema rápido de ônibus elétricos, que conectará a região do Grande ABC à capital e beneficiará cerca de 173 mil pessoas por dia com investimento de R\$ 860 milhões. Este BRT será uma conexão entre os municípios de São Paulo, São Caetano, São Bernardo do Campo e Jandira, com linhas de ônibus elétricos. A implantação está a cargo da concessionária NEXT Mobilidade, com gerenciamento da EMTU/SP.

Tendo em vista subsídios a EMTU/SP na fiscalização das obras deste empreendimento, em novembro foi homologada empresa para prestar apoio nessa atividade, dentre outras funções. No dia 4 do mesmo mês, o BRT ABC recebeu a Licença de Instalação da CPTM. Desde então, a fiscalização das obras do BRT ABC, correspondendo ao trecho do Terminal São Bernardo até a Avenida Lauro Gomes, no cruzamento com a Avenida Winston Churchill.

NOTÍCIAS
O Governo do Estado autorizou em 2022 o início das obras do viaduto Carapicuíba, que integra o Corredor Metropolitano Itapevi-São Paulo e que liga o Terminal de Carapicuíba ao Terminal de Bortolosso (Km 21).
No campo de atuação, o BRT ABC tem o objetivo de oferecer mais transparência às atividades de inspeção. A EMTU/SP implantou QR Codes em 50% da frota dos ônibus regulares que operam nas Regiões Metropolitanas da Baixada Santista, Campinas, São Paulo, Sorocaba e Vale do Paraíba. É possível encontrar o selo com o código na lateral direita dos veículos urbanos. Nos fretados, rodoviários, vans e micro-ônibus utilizados na operação do "Reserva Técnica Operacional, o selo é afixado na porta.
Outra ação de grande relevância foi a alteração nos itinerários de linhas metropolitanas em consequência da inauguração da Estação Vila Sônia, da Linha 4-Amarela. O Terminal Vila Sônia passou a receber linhas gerenciadas pela EMTU/SP, desse modo foram necessárias adaptações de itinerário, com finalidade de melhorar as condições de trânsito e a fluidez do transporte, seguindo a reorganização do sistema metropolitano e possibilitando acesso mais rápido à rede metropolitana.
• **Região Metropolitana de Campinas**
A RBMS é formada por 9 cidades e por elas circulam 59 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum, Seletivo e VLT. São operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 468 ônibus (fonte: Gerências Regionais) e 22 milhões Leves sob Trilhos (VLTs) que em 2022 transportaram cerca de 56,8 milhões de passageiros.
O Serviço de Fretamento na RBMS conta com 1.121 ônibus e micro-ônibus cadastrados pelo sistema metropolitano e possibilitando acesso mais rápido à rede metropolitana.
• **Região Metropolitana de Sorocaba**
A RMS é formada por 9 cidades e por elas circulam 59 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum, Seletivo e VLT. São operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 468 ônibus (fonte: Gerências Regionais) e 22 milhões Leves sob Trilhos (VLTs) que em 2022 transportaram cerca de 56,8 milhões de passageiros.
O Serviço de Fretamento na RMS conta com 1.121 ônibus e micro-ônibus cadastrados pelo sistema metropolitano e possibilitando acesso mais rápido à rede metropolitana.

NOTÍCIAS
O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista em operação, entre São Vicente (Barreiros) e Ponta de Santos possui 11,5 km de extensão e 15 Estações de Embarque e Desembarque. Em 2022, esse sistema transportou cerca de 6,4 milhões de passageiros.
A operação conta com o total de 22 veículos (VLTs) operacionais e o intervalo entre partidas no horário de pico é de 8 minutos.
Com o avanço das obras do VLT, surgiram muitas oportunidades de emprego. Até junho eram mais de 560 profissionais trabalhando na segunda fase do VLT. Em junho foram abertas 90 vagas, em julho 30, em agosto 12 e mais 24 vagas em setembro.
NOTÍCIAS
Em abril foi assinado Termo de Cooperação Técnica (001/2022) para execução de obras de melhoria pelo município de Santos no Túnel José Menino, integrante do Trecho 1 do VLT.
Em 13 de junho, durante a agenda do Governo na Área, em Santos, o Governador de São Paulo, anunciou a publicação do edital de licitação das obras da Ponte dos Barreiros, que dará início à implantação do terceiro trecho do VLT (Veículo Leve sob Trilhos). Com 650 metros de extensão, a Ponte dos Barreiros liga a região insular à área continental de São Vicente e tem papel fundamental no deslocamento dos moradores da região e no desenvolvimento econômico do município. Nesse mesmo mês foi assinado também o Convênio de Cooperação Técnica (002/2022) com o município de São Vicente (junho), para implantação das obras do Trecho 3 do VLT, entre o Terminal Barreiros e o Pátio Samaritã. Isso permitirá iniciar o processo de licitação visando a contratação das obras.
Já o contrato 017/2022 para a elaboração do Projeto executivo e execução das obras da nova vialeta de inspeção veicular na Regional da Baixada Santista, em Santos, foi assinado em dezembro.

• **Região Metropolitana de Campinas**
A RMC é composta por 20 cidades interligadas por 149 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo. São operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 323 ônibus (fonte: Gerências Regionais) que em 2022 transportaram cerca de 31,1 milhões de passageiros.
O Serviço de Fretamento na RMC conta com 5.249 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Continuo, Eventual, Próprio e Escolar).
No período de janeiro a dezembro de 2022, no sistema Regular, foram realizadas aproximadamente 5.100 fiscalizações em campo, 283 fiscalizações eletrônicas e 11,9 mil inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.
A região conta com a operação do Corredor Metropolitano Bileto Soares que possui 31,7 km de extensão, sendo 20,9 km de faixa exclusiva para ônibus. Atende aos municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste, área que concentra aproximadamente 70% das viagens na RMC.
O Consórcio Bus+ é responsável pela operação das linhas, manutenção dos terminais e estações de transferência da Região Metropolitana de Campinas.

NOTÍCIAS
Em outubro a EMTU concluiu as obras para implantação do estacionamento de passageiros no Assis Brasil, Hortolândia, dentro ao Corredor Vereador Bileto Soares, na Região Metropolitana de Campinas. Essa obra ajudou na diminuição do fluxo de veículos parados na avenida que interferem na fluidez do Corredor Metropolitano Bileto Soares.
• **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**
A RMVPLN é formada por 39 cidades que são atendidas por 75 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 368 ônibus (fonte: Gerências Regionais) que transportaram, em 2022, aproximadamente 15,6 milhões de passageiros.
O Serviço de Fretamento na RMVPLN conta com 1.823 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Continuo, Eventual, Próprio e Escolar).
No período de janeiro a dezembro de 2022, no sistema Regular, foram realizadas cerca de 3.500 fiscalizações em campo, 72 fiscalizações eletrônicas e aproximadamente 5 mil inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.
NOTÍCIAS
Em 17 de janeiro, foi autorizado um aumento de 65 viagens em linhas que operam na área 2 (Osasco e região). O crescimento nos serviços 022, 061, 133, 492, 528, 557 e 819 beneficiou cerca de 16 mil passageiros. Na região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, a linha 5316, que liga Aparecida (Centro) a Guaratinguetá (Centro), ganhou 39 partidas desde o dia 21/01, beneficiando

cinco mil usuários.
Para atender aos universitários do Vale do Paraíba, desde 23 de fevereiro a linha 5111 (Caçapava (Terminal Rodoviário de Caçapava) - Taubaté (Terminal Rodoviário Urbano João Francisco dos Santos) teve suas partidas ampliadas até às 23h, beneficiando cerca de 1.100 pessoas por dia.
• **Região Metropolitana de Sorocaba**
A RMS é composta por 27 municípios. Nessa região operam 87 linhas intermunicipais do Sistema Regular Comum e Seletivo que são operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 153 ônibus (fonte: Gerências Regionais). Em 2022, cerca de 9,2 milhões de passageiros utilizaram o transporte metropolitano.
O Serviço de Fretamento na RMS conta com 1.842 veículos cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Continuo, Eventual, Próprio e Escolar).
No período de janeiro a dezembro de 2022, no sistema Regular, foram realizadas cerca de 1.300 fiscalizações em campo, 111 fiscalizações eletrônicas e mais de 2,6 mil inspeções de frota nos dois sistemas Regular e Fretamento.
NOTÍCIAS
Em maio, a EMTU autorizou aumento de sete viagens em dias úteis na linha 6206, que opera entre os municípios de Salto e Itu, beneficiando cerca de 2 mil usuários.

A partir de agosto a EMTU retomou a operação da linha 6312 que estava suspensa desde o início da pandemia. O serviço opera de segunda a sexta-feira com 14 partidas de Votorantim até a região central de Sorocaba. Em outubro a EMTU concluiu as obras provisórias do pátio de estocagem de veículos da Região Metropolitana de Sorocaba. Essa obra proporcionou melhoria nas instalações de armazenamento do pátio de veículos apreendidos da região de Sorocaba.
1.2. DADOS GERAIS DO SISTEMA REGULAR
• **Passageiros transportados (jan-dez/22)**

Região Metropolitana	Passageiros/milhões
RMSP	396,45
RBMS	56,77
RMC	31,13
RMVPLN	15,62
RMS	9,18
Total Geral	509,15

Fonte: Relatório de Gestão Operacional - intranet
• **Características da frota cadastrada - Sistema Regular (dez/22)**

Região Metropolitana	Idade Média da Frota	Veículos com Acessibilidade	Total da Frota
RMSP	6,82	3.509	3.714
RBMS (*)	1,80	468	468
RBMS (**)	6,73	22	22
RMC	6,17	310	323
RMVPLN	7,05	178	368
RMS	10,32	102	153
TOTAL	6,28	4.589	5.048

RBMS (*) - ônibus RBMS ()- VLT**
Fonte: Relatório de Gestão Operacional - intranet
RENDA DO LÚCRO

Entre janeiro e dezembro de 2022, os consórcios e as permissionárias adquiriram 442 novos ônibus para atender a população. Destes, 264 são veículos 0km, 100% com acessibilidade universal, trazendo maior grau de conforto aos usuários. Há um esforço crescente por parte da EMTU/SP e da STM em aumentar o percentual da frota com esse perfil de qualidade dos ônibus. Alguns pontos positivos merecem destaque:

- 1) No sistema Regular da RMSP, em 2022, eram 04 ônibus (0,1%) com USB disponível aos usuários; em 2020, o número subiu para 459 (9,5%) e, em 2022, 803 (19,3%) ônibus circulando com esse dispositivo.
- 2) Em 2021 apenas 4 veículos (0,1%) dispunham de wi-fi. Já em 2022, o número subiu para 262 ônibus (6,3%); Apesar de ainda ser baixo, o número aponta para um crescimento desse sistema tão demandado pelos usuários.
- 3) A quantidade de ônibus dotados de ar-condicionado na RMSP passou de 262 em 2020, para 1.678 em 2022. Na Região do Vale do Paraíba, eram 33 veículos em 2013 e agora, em 2022, são 145 veículos. Na RBMS, aumentou 194% o número de ônibus com ar-condicionado: passou de 16 em 2011 para 47 em 2022.
- 4) Na RBMS, os últimos 126 veículos receberam letreiro eletrônico atingindo agora 100% da frota dispoê dessa tecnologia.
- 5) Na RMS, o número de ônibus com assentos destinados a obesos aumentou de 38 em 2015 para 116 em 2022, ou seja, 81,5% da frota planejada.
- 6) No sistema fretamento, em 2010, havia apenas 6 carros dispo do DPM - Dispositivo Poltrona Móvel, e agora em 2022, há 1.259. O DPM posiciona a poltrona preferencial do lado de fora, permitindo ao passageiro com mobilidade reduzida embarcar e desembarcar com mais conforto. Já o DTA - Dispositivo de Transferência Auxiliar, que atende às questões de acessibilidade, disponível em apenas 02 veículos em 2014, agora está presente em 568 carros.

1.3. OUTROS SERVIÇOS
Além de gerenciar as linhas de ônibus do Serviço Regular Comum e Seletivo e corredores de ônibus de média capacidade, a EMTU/SP é responsável pelos seguintes serviços:

RTO (Reserva Técnica Operacional) - serviço especial de característica complementar ao serviço regular, que opera na RMSP com 186 veículos de baixa capacidade, totalizando 20 passageiros.
Ponte ORCA Zou (Operador Regional de Coletivo Autônomo) - transporte especial operado por micro-ônibus, facilitando o acesso direto dos visitantes ao Parque Zoológico de São Paulo. No Terminal Metropolitano Jabaquara os passageiros podem comprar o ingresso para o parque e a passagem de ônibus, no quiosque instalado na Plataforma A.

A operação é feita por 3 (três) micro-ônibus com pintura temática e capacidade de para transportar 20 pessoas por viagem.
Entre janeiro e dezembro de 2022, foram realizadas 16.843 viagens transportando 179.782 pessoas.

Fretamento Metropolitano - é uma modalidade de transporte realizada por empresas regularmente constituídas e registradas na STM que transportam pessoas para destinos pré-estabelecidos, dentro das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, com contrato específico, itinerário pré-definido. Os serviços são classificados como contínuo, eventual, próprio e escolar. A EMTU/SP é responsável pela inspeção e fiscalização de 17,5 mil veículos, entre ônibus rodoviários e micro-ônibus.
Airport Bus - ônibus rodoviários de alto padrão de conforto para os passageiros com destino aos Aeroportos de Congonhas, em São Paulo, e Governador André Franco Montoro, em Guarulhos, com ligações a pontos estratégicos da capital paulista: Terminais Rodoviários do Tietê e da Barra Funda e Circuito dos Hotéis Paulista/Augusta. As três linhas executivas são operadas por ônibus rodoviários com poltronas reclináveis de alto padrão, sistema wi-fi, tomadas de energia, mesa para laptops, ar-condicionado e toalete.

1.4. INSPEÇÃO DE FROTA
A EMTU/SP é responsável pela fiscalização e inspeção de cerca de 5 mil ônibus cadastrados na Região Metropolitana (Comuns e Seletivos), 514 micro-ônibus do Serviço SEC Ligado e 188 carros da Reserva Técnica Operacional (RTO). Gerência e fiscaliza empresas que fazem fretamento, envolvendo 17,5 mil veículos desse serviço.
O trabalho de fiscalização de campo é realizado com a utilização do aplicativo para dispositivos móveis como celulares e tablets que oferecem redução no tempo para apreensão de veículos.
O manual de inspeção técnica veicular foi atualizado e agora possui equipe verifica 928 itens relacionados à segurança e manutenção dos veículos. Mais que o dobro da versão anterior, na qual eram inspeccionados 436 pontos. Além disso, a EMTU/SP implantou selos com QR Code para acesso às informações referentes à inspeção dos veículos.
Em 2022, houve um crescimento de 17% na quantidade de inspeções, em relação às 36 mil realizadas no ano anterior.
• **Quantidade de inspeções de frota (jan-dez/22)**

Região Metropolitana	2021	2022	Crescimento
RMSP	17.129	19.626	15%
RBMS	2.550	3.359	32%
RMC	9.895	11.974	21%
RMVPLN	4.568	5.035	10%
RMS	2.189	2.692	23%
TOTAL	36.331	42.686	17%

Fonte: Relatório de Gestão Operacional - intranet / Gerências Regionais
1.5. CENTRO DE GESTÃO E SUPERVISÃO - CGS
Em 2022, por meio da fiscalização eletrônica, o CGS respondeu a 4.745 notificações da Ouvidoria relacionadas ao cumprimento de horário e desvios de horário. Realizou 289 edipões de rotas no mapa do sistema de monitoramento, sendo 255 atualizações, 34 correções e 10 criações de linhas. Foram registradas ainda 288.209 ocorrências operacionais, atendidas 29 operações no PAESE - Plano de Ação entre Empresas em Situação de Emergência e 05 autorizações às empresas permissionárias e concessionárias.
1.6. AÇÕES DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL
As ações de planejamento operacional correspondem ao esforço da EMTU/SP em aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos aos clientes metropolitanos.
A reorganização dos itinerários de linhas metropolitanas em consequência da inauguração da Estação Vila Sônia, da Linha 4-Amarela foi um dos fatos que necessitou da dedicação da equipe da EMTU/SP.
No período janeiro a dezembro de 2022, foram realizadas 1.209 intervenções para ajustes no planejamento operacional das linhas de todas as regiões. A tabela a seguir discrimina a quantidade de ajustes realizados por tipo de intervenção:

Intervenções	Total das RMs
TABELA HORÁRIA	350
ITINERÁRIO	260
FROTA	335
TERMINAL	90
INTEGRAÇÃO	71
DENOMINAÇÃO	63
TECNOLOGIA	19
PARALISAÇÃO/CANCELAMENTO	9
criação/inclusão	8
TRANSFORMAÇÃO	4
TOTAL	1.209

Fonte: Relatório de Gestão Operacional
1.7. MONITORAMENTO DA QUALIDADE
O Índice de Qualidade da Satisfação do Cliente - IQC, juntamente com os indicadores de operação, frota e aspectos econômico-financeiros, é parte integrante do Índice de Qualidade do Transporte - IQT e vem sendo aplicado desde o ano de 2005. As análises comparativas ao longo da história possibilitam a EMTU/SP definir procedimentos operacionais de planejamento que são repassados aos concessionários do sistema visando a melhoria dos serviços prestados. O IQC é obtido através da avaliação individual dos passageiros em relação à qualidade percebida dos serviços de transporte metropolitano sob gerenciamento da EMTU, por meio de aplicação de pesquisas com questionário estruturado junto a esses serviços.
A partir de 2018 a metodologia de aplicação foi alterada visando simplificar o processo de avaliação e a leitura do indicador. Assim, quando o índice de 2019 informa o valor de 6,94, significa que 69,4% dos entrevistados avaliam o serviço prestado pelo sistema metropolitano com sendo ótimo ou bom, revelando um bom índice de aprovação.
Durante os anos de 2020 e 2021, as pesquisas que dão base ao IQC foram paralisadas em virtude da pandemia da COVID-19. Portanto, não há resultado do IQC desses anos.
Vale ressaltar que em 2018 o IQC foi realizado em todas as regiões metropolitanas gerenciadas pela EMTU e em 2019, devido a restrições orçamentárias, não foi possível atualizar o levantamento na RMS e RMVPLN.
Em 2022, a pesquisa foi realizada em todas as regiões metropolitanas gerenciadas pela EMTU, inclusive RMS e RMVPLN.

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IQC	5,19	5,26	6,95	6,94	-	-	7,14

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

2.1. PASSAGEIRO ESPECIAL
• **SEC - Serviço Especial Conveniado - LIGADO**
Serviço de transporte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, realizado por meio de convênios ou contratos firmados entre a EMTU/SP e entidades assistenciais ou órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Entre janeiro e dezembro de 2022, o Ligado realizou cerca de 1,7 milhão de atendimentos, mais do que dobrou a quantidade de atendimentos realizados em 2021. Em dezembro de 2022, havia 5.386 usuários cadastrados

no sistema (963 na RMC e 4.386 na RMSP). Todos os veículos, totalmente adaptados para pessoas com deficiência, são monitorados via satélite, sendo 85 na RMC e 429 na RMSP. Os alunos transportados estudam em 1.090 unidades escolares, 170 na RMC e 920 na RMSP e fazem parte da Rede Regular de Ensino, da Associação de Amigos do Autista - AMA e de instituições conveniadas e/ou credenciadas pela SEE.

• **Centro de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPES**
Em 2022, com a reforma gradual do atendimento normal nos Centros de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPES, foram emitidos 60.050 benefícios (Carteira de Identificação do Passageiro Especial - CIPES), para garantir a isenção do pagamento da tarifa às pessoas com deficiência nas linhas de ônibus das cinco Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo. A carteira é entregue nas duas unidades do CAPES em São Paulo e em Campinas onde tem o atendimento presencial, ou por intermédio das Unidades de Saúde nas demais Regiões Metropolitanas, devido ao atendimento ser indireto. O processo de emissão da carteira é feito em parceria com as Unidades Básicas de Saúde - UBS - cadastradas na EMTU/SP nas cidades das cinco Regiões Metropolitanas do Estado.

Carteiras emitidas em 2022	
Total	60.050

Em 2020, o CAPES iniciou o atendimento presencial para emissão do benefício da gratuidade. Desde a sua inauguração, foram registrados mais de 520 mil cadastros a pessoas com deficiência. Atualmente são atendidas mais de 400 pessoas por dia no local.
Durante o ano de 2022, houve a sequência do Treinamento Continuado aplicado aos profissionais de todas as UBSs cadastradas, por meio de palestras e treinamentos com esclarecimentos de dúvidas dos profissionais de saúde responsáveis pelo primeiro atendimento aos usuários Pessoa com Deficiência - PcD.

Foi realizada uma parceria com a Prefeitura de Praia Grande na RBMS que cedeu uma sala para atendimento direto aos municípios no Terminal Tatice e também houve o credenciamento do Centro de Reabilitação Lucy Monteiro de Sorocaba na RMS para emissão dos laudos às PcDs da região. No Município de São José dos Campos na RMVPLN, também foi realizada uma parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, para encaminhamento à EMTU/SP, das Pessoas com Deficiência - PcD, que são cadastradas naquela unidade para a emissão do benefício. O objetivo é facilitar o acesso ao benefício a todos os deficientes que têm direito e interesse em obter o benefício da gratuidade.

2.2. PASSAGEIRO ESCOLAR
O benefício do Passe Escolar é oferecido a estudantes e professores de escolas localizadas nas regiões metropolitanas com isenção total ou desconto de 50% no pagamento da tarifa da linha metropolitana nos trajetos intermunicipais, compreendendo o deslocamento residência-escola e vice-versa. Em 2022, 13.561 escolas estavam com cadastro ativo na EMTU/SP, das quais 7.963 instituições (58,72%) estavam localizadas na RMSP, conforme tabela a seguir.

RM	QTDE. INSTITUIÇÕES
RMSP	7.963
RBMS	839
RMC	1.021
RMVPLN	2.155
RMS	1.583
TOTAL	13.561

Fonte: DAC - Departamento de Arrecadação
• **Benefícios do Passe Escolar**
Mela Tarifa - desconto de 50% (mequintra por cento) no pagamento da tarifa autorizada das linhas intermunicipais da EMTU/SP a estudantes e professores, desde que atendam aos requisitos para obtenção do benefício.

Passo Livre - consiste na isenção integral no pagamento da passagem dos ônibus da EMTU/SP a estudantes bolsistas do programa PROJUNJ - Projeção de Jovens em Ação; estudantes bolsistas do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES; estudantes integrantes do Programa Bolsa Universidade - Programa Escola da Família; estudantes atendidos por programas governamentais de cotas sociais; estudantes "Baixa Renda", que são aqueles que comprovem renda familiar "per capita" inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional, além de estudantes dos ensinos fundamental e médio, apenas de escolas públicas. Professores não têm direito a este benefício. Em 2022, foram realizadas 4.781.704 viagens pelos estudantes beneficiados com o Passo Livre nas 04 (quatro) regiões metropolitanas. Destaca-se que houve um significativo aumento de 230,54% em relação a 2021, quando foram realizadas 1.446.616 de viagens com o Passo Livre, em razão do grande recomeço após longo período crítico da pandemia (2020-2021). O acumulado no período 2015-2022 foi de 84,6 milhões de viagens com 100% de desconto na tarifa superior.

São consideradas apenas 4 RMs pois a RBMS possui uma política de ressarcimento de gratuidades específica, conforme Contrato de Concessão Patrocinada STM 02/2015

• **Benefícios concedidos**
O número de benefícios concedidos pela EMTU/SP entre janeiro e dezembro de 2022 nas 05 (cinco) regiões metropolitanas foi de 97.801, dos quais 49.135 (49,13%) com isenção total (Passo Livre) no pagamento da tarifa (exceto transporte de passageiros com deficiência) e 48.666 (49,87%) no valor da passagem do ônibus (estudantes e professores). No mesmo período, houve 123.665 solicitações de Passo Escolar, das quais 79,09% foram atendidas pela EMTU/SP, em razão de as demais não comprovarem os requisitos mínimos para obtenção do benefício.

Região	Passo Livre	Meia Tarifa	Total
RMSP	33.122	38.883	72.005
RBMS	6.557	5.152	11.709
RMC	2.338	2.533	4.871
RMVPLN	2.342	2.537	4.879
RMS	2.776	1.561	4.337
TOTAL	47.135	50.666	97.801



Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.518.069/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

de Embarque e Desembarque uma Ponte sobre o Ribeirão dos Toledo, duas travessias em galerias nos Côrregos Molton e Giovanetti e o Complexo Viário do Viaduto Jean Nicolson, em Nova Odessa.

Está em análise na CETESB a solicitação da LO - Licença Ambiental de Operação para o empreendimento.

- Trecho Hortolândia - Sumaré - Campinas (5,4 km)

Esse trecho do corredor abrange parte da Av. Olívio Franceschini (Hortolândia) e já operam a Estação de Transferência Pinheiros e as Paradas Parque Hortolândia, Remanso Campineiro, Parque Gabriel e Empancador, todas em Hortolândia, e a Estação Maria Antonia (km 110 da Rodovia Anhanguera), em Sumaré.

As obras remanescentes foram iniciadas em março de 2018 e terminadas entregues em 2021. As obras incluíram duas alças de acesso a SP-101, sobre a ferrovia, as estações de embarque e desembarque Peron, Rosoloni, Conjur, Subestação de energia elétrica, equipamento de lavagem dos veículos e de retificação de rodas. Essa área abriga ainda o Centro de Controle de Operações - COO do VLT, instalado em prédio com três pavimentos e 3.050 m² de

3.5. VLT - SIM DA BAIXADA SANTISTA

O SIM - Sistema Integrado Metropolitano da Baixada Santista é uma rede de transporte metropolitana estruturada, por meio de uma linha principal (troncal), de média capacidade de transporte, operada por Veículo Leve sobre trilhos - VLT denominada "Complexo Gerardo Volpe" e de linhas metropolitanas de subúrbio que servem nove municípios da Baixada Santista.

- Trecho São Vicente (Barreiros) - Porto (Santos) (11,5 km)
O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista, que liga o Terminal Barreiros, em São Vicente, ao Porto, em Santos, foi entregue no dia 31/01/2017. A operação parcial começou em abril de 2015.

Com 15 estações construídas ao longo de 11,5 km de via permanente, iniciou atendimento diariamente cerca de 27 mil pessoas da região.

O trecho conta com um Pátio de Estacionamento e Manobras para apoio à circulação dos VLTs, localizado junto à Estação Terminal Barreiros, capaz de abrigar 6 veículos. Essa estação possui ainda um bicicletário para 100 unidades e um edifício de apoio para o uso dos condutores de 164 m² de área, com sala administrativa e banheiros.

O Pátio de Manutenção e Estacionamento, localizado na região do Porto de Santos, tem capacidade para 33 VLTs e conta com oficina, almoxarifado, substituição de energia própria, equipamento de lavagem dos veículos e de retificação de rodas. Essa área abriga ainda o Centro de Controle de Operações - COO do VLT, instalado em prédio com três pavimentos e 3.050 m² de

BALANÇO PATRIMONIAL (Expresso em R\$ mil)

ATIVO CIRCULANTE	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e Bancos	4	2.077	1.640
Aplicações Financeiras	4	42.805	16.419
Contas a Receber	5	41.535	31.176
Creditos Fiscais a Recuperar		611	102
Estoque		954	947
Creditos Diversos		1.127	1.089
Despesas Pagas Antecipadamente		110	31
Total do Circulante		89.219	51.414
NÃO CIRCULANTE			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos Judiciais	6	1.676	3.866
Total do Realizável a Longo Prazo		1.676	3.866
PERMANENTE			
Imobilizado	7	1.342.869	1.283.437
Intangível	8	863.098	822.237
Total do Permanente		2.205.967	2.105.674
Total do não Circulante		2.207.643	2.109.540
TOTAL DO ATIVO		2.296.862	2.160.954

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Expressa em R\$ mil)

Descrição	Capital Atualizado		Reserva de Incentivos Fiscais	Adiantamentos para Aumento de Capital	Ajuste Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
	Autorizado	A integralizar					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.806.418	(397.525)	2.408.893	64	121.527	(178.060)	1.949.782
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	1.249	-	1.249
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	51.531	-	51.531
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	(44.976)	(44.976)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	2.806.418	(397.525)	2.408.893	64	173.558	(176.811)	1.957.586
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	135.210	-	135.210
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	15.912	15.912
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.806.418	(397.525)	2.408.893	64	308.268	(176.811)	2.108.708

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, uma empresa de ações constituída pela Lei nº 1.492, de 13 de dezembro de 1977, foi incorporada à Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo - EMTPLASA em 1980, por meio do Decreto nº 15.319, de 07 de julho de 1980 e reconstituída mediante cisão parcial dessa Companhia, conforme Decreto nº 27.411, de 24 de setembro de 1987, tendo seus atos de reconstituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de janeiro de 1988, regida pelas Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16.

A EMTU/SP tem por objeto promover a operação e a expansão dos serviços metropolitanos de transportes de passageiros sobre trilhos, bem como de conexões intermodais de transportes de passageiros, compreendendo ainda outras atividades que lhe forem delegadas pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Dentre as atividades delegadas a principal refere-se à determinação para que a EMTU/SP procedesse à implantação e construção dos Corredores Metropolitanos, para fazer face à essa obrigação, o Estado autorizou os recursos necessários à execução das obras, inicialmente como Adiantamento para Aumento de Capital e posteriormente com a incorporação desses valores ao Capital Social da Companhia.

A Companhia tem como acionista majoritário a Fazenda do Estado de São Paulo, atuando, em consequência, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, desenvolvendo atividades de interesse social. Sua gestão e posição econômico-financeira devem ser entendidas, também, dentro desse contexto.

Em decorrência da Lei Federal nº 13.303/16, a Administração da Companhia aprovou no exercício de 2018, a proposta para resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei 13.303/16.

Essa operação societária, a companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

Entre os principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, destacamos:

i) Impactos Gerados pela Pandemia da COVID-19

A pandemia do novo corona vírus (COVID-19) afetou profundamente a sociedade brasileira e mundial, ocasionando impactos significativos na economia, decorrentes da interrupção nas cadeias produtivas e de suprimentos, que são reflexo da redução na demanda por bens e serviços. Diante disso, a partir do início de 2020, a Administração da Companhia emitiu normas e procedimentos que tinham o objetivo de garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus potenciais impactos nas áreas administrativas, econômico-financeiras e técnica.

Ademais, o decreto 64.879 de 20 de março de 2020 publicado pelo Governo do Estado de São Paulo reconheceu o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19, que atingiu o Estado de São Paulo, e dispõe sobre medidas adicionais para enfrentá-lo. Como consequência, foi decretado o estado de quarentena, onde diversas atividades econômicas foram suspensas com o objetivo de reduzir a circulação de pessoas e, consequentemente, diminuir a disseminação do COVID-19.

Diante do cenário de agravamento da pandemia a partir do segundo semestre de 2020, as atividades econômicas da Companhia foram afetadas de forma significativa com o impacto financeiro direto na sua arrecadação, tendo em vista a redução substancial na quantidade de passageiros transportados que ocasionou uma importante redução em suas receitas operacionais, com reflexos significativos nos fluxos de caixa na Companhia que, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, anterior à pandemia, sofreram redução no montante de R\$ 42.179 até 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.660 em 2020) e nas receitas uma redução na ordem de R\$ 24.287 (R\$ 44.204 em 2020).

Como parte das medidas de enfrentamento à Pandemia COVID 19, em 12 de agosto de 2020, o Governo do Estado de São Paulo, acionista majoritário da Companhia, encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio do Ofício conjunto SEFAZ/SPOG nº 007/2020 o Projeto de Lei nº 529/2020 que tem por finalidade viabilizar uma série de medidas que objetivem o enfrentamento da grave situação fiscal vivenciada pelo Estado em detrimento dos efeitos da Pandemia COVID-19 sobre suas receitas públicas.

Dentre as medidas propostas pelo Governo Estadual, está a extinção de uma série de entidades descentralizadas, sendo que no caso da EMTU/SP houve a autorização para extinção, sem que de fato tenha sido tomadas decisões no sentido de efetivamente dar-se início ao processo. Como justificativa para uma possível extinção da Companhia, foi o fato de que a atual estrutura do Estado, a ARTESP - Agência de Transporte do Estado de São Paulo, já executa atividades de gerenciamento de contratos de concessão de operação de rodovias, sendo que a junção da gestão dos contratos de concessão dos transportes de passageiros em uma única entidade traria a racionalização dos trabalhos.

Com isso, os ativos (bens móveis e imóveis) remanescentes da EMTU/SP, após processo de uma eventual dissolução, liquidação e extinção da Companhia, poderão ser transferidos ao Estado e poderão, conforme consta no referido Projeto de Lei, bem como poderão ser alienados ou destinados a outros usos de interesse público.

O referido projeto de Lei foi aprovado em 15 de outubro de 2020 e, consequentemente, promulgada a Lei Estadual nº 17.293 que autorizou, conforme mencionado anteriormente, o poder executivo a adotar providências necessárias a promover a extinção da Companhia. Conforme artigo 2º (segunda) da referida Lei, caso seja efetivamente decidida a extinção da Companhia, a adoção das providências deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias prorrogável por até duas vezes por igual período.

Nesse sentido, até a emissão destas demonstrações financeiras, não haviam sido adotadas medidas relacionadas aos procedimentos para dar início à extinção da Companhia, bem como não havia evidências que o Governo do Estado irá fazê-lo. Portanto, a Administração mantém suas atividades operacionais normais e continua preparando suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e assim, essas demonstrações não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta. Ainda não há evidências que o Governo do Estado de São Paulo irá proceder à extinção da Companhia, cujo cenário atual demonstra estar indefinido se de fato será iniciado um processo de extinção conforme autorizado pela Lei 17.293/2020.

Durante o exercício de 2022, com o arrelacionamento nos casos registrados de Covid-19 e em razão da melhoria dos indicadores epidemiológicos, o Governo do Estado de São Paulo flexibilizou o uso de máscara, bem como outras restrições sanitárias, o que contribuiu para a continuidade na retomada da atividade operacional, que pode ser verificado pelo aumento nas receitas e resultado operacional líquido da Companhia no comparativo com o mesmo período do exercício anterior que ainda estava sendo impactado pelo efeitos da pandemia.

Não obstante, a Companhia continua promovendo ações de controle rigorosas para garantir a manutenção de suas atividades operacionais e empenha todos os esforços necessários para minimizar os impactos refletidos na atividade operacional, bem como para manter a segurança sanitária de seus colaboradores com a observação dos protocolos no Ministério da Saúde e das demais autoridades sanitárias, bem como adotando o modelo híbrido em relação ao uso da máscara.

ii) Aumento das receitas

A Secretaria dos Transportes Metropolitanos, realizou repasses para as empresas operadoras de transporte intermunicipal a título de equilíbrio econômico e financeiro, valores estes previstos nos contratos de concessão, haja vista não ter ocorrido reajustes tarifários desde o ano de 2020. Também houve repasses referentes, valores referentes ao déficit entre a tarifa de remuneração e tarifa pública.

construção e abriga sala com 9 consoles e um painel sinóptico de 9,5 m de comprimento e 2 m de altura para o controle da operação dos veículos, sistemas de energia, movimentação eletrônica dos passageiros e segurança das vias e estações. A Gerência Regional da EMTU/SP na Região Metropolitana da Baixada Santista também está instalada no prédio do COO.

- Trecho 2 Conselheiro Nébias - Valongo (Santos) (8 km)

O novo trecho do VLT, chamado de Segunda Fase ou Trecho 2 Conselheiro Nébias-Valongo, teve o edital de obras aprovado pelo Governo do Estado no final de março de 2018 e ligará a Linha 1 Barreiros-Porto, a partir da estação Conselheiro Nébias, até a região central de Santos, no bairro Valongo. A Ordem de Serviço para o início das obras foi assinada no dia 24 de setembro de 2020.

Serão mais 8 km de extensão, 12 estações de embarque. A estimativa é de que com a construção desse trecho o VLT passe a transportar 70 mil passageiros por dia. Os sistemas e substituições de fornecimento de energia já foram contratados para esta ligação e os veículos já estão disponíveis para a futura operação.

Em setembro de 2020 a Licença de Instalação (LI) foi emitida pela CETESB e autorizado o início da obra. No mesmo período foram iniciadas as desapropriações com liberação das áreas em 2021.

- Trecho 3 Barreiros - Samaritã (São Vicente) (7,5 km)

Com o fim desse trecho com suas 4 (quatro) estações de embarque e o Pátio Samaritã foram concluídos. Está em andamento o processo de contratação dos Projetos Executivos para o trecho. Em relação às licenças ambientais, em 30/12/2021 foi protocolado junto à CETESB o pedido para a emissão da LP - Licença Prévia. O trecho conta ainda com o reforço e ampliação da Ponte "A Tribuna", que liga a parte continental à insular de São Vicente, o processo para contratação das obras está em andamento na Prefeitura Municipal de São Vicente.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No encerramento do exercício de 2022, as demonstrações financeiras e os fluxos de caixa demonstram que a EMTU/SP, apesar dos efeitos negativos remanescentes da pandemia, manteve sua condição de empresa não dependente, sem a necessidade de subvenções do Governo do Estado.

A empresa conseguiu equilibrar suas receitas e despesas mesmo com uma queda na demanda de passageiros atualmente com uma média de 82% do valor pré-pandemia, nas cinco regiões metropolitanas gerenciadas pela companhia. O equilíbrio foi sustentado pela organização das contas, regulariza-

PASSIVO CIRCULANTE

Nota	31.12.2022	31.12.2021	
Fornecedores	9	26.138	21.537
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	8.425	6.997
Provisão para Férias e Contingências		9.537	8.353
Contas a Pagar		4.942	2.673
Recebimentos Antecipados (Vts/Bilhetes)	11	5.090	3.663
Total do Circulante		54.132	43.223
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	713	1.215
Depósitos Judiciais		2.517	2.694
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	12	116.878	142.297
Retenções Contratuais		203	228
Projeto PNUD - Ônibus a Célula de Hidrogênio		13.711	13.711
Total do não Circulante		134.022	160.145
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Autorizado		2.806.418	2.806.418
Capital a Subscriver		(397.525)	(397.525)
Capital Integralizado		2.408.893	2.408.893
Capital Atualizado		2.408.893	2.408.893
Reserva de Incentivos Fiscais		64	64
Prejuízos Acumulados		(431.706)	(447.618)
Ajustes Patrimoniais		(176.811)	(176.811)
Adiantamento para Aumento de Capital		308.268	173.558
Total do Patrimônio Líquido		2.108.708	1.957.586
TOTAL DO PASSIVO		2.296.862	2.160.954

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Expresso em R\$ mil)

	31.12.2022	%	31.12.2021	%
RECEITAS	179.222		123.232	
Vendas de Serviços	175.829		124.840	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.393	(1.608)	-	-
INSUMOS CONSUMIDOS DE TERCEIROS	(9.804)		(25.391)	
Custo dos Serviços Prestados	(19.251)	(17.096)	-	-
Materiais, energia, serviços de Terceiros e outros	9.447	(8.295)	9.447	(8.295)
RETENÇÕES	(32.391)		(38.070)	
Depreciação, Amortização e exaustão	(32.391)	(38.070)	-	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	137.027		59.771	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.988		6.412	
Receitas Financeiras	8.988	6.412	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	146.015		66.183	
ADICIONADO	146.015		66.183	
Pessoal e Encargos	87.921	60,21	79.520	120,16
Impostos, Taxas e Contribuições	33.475	22,93	24.383	36,84
Juros e Aluguéis	8.707	5,96	7.256	10,96
Prejuízo do Exercício	15.912	10,90	(44.976)	(67,96)

de processos e redução de despesas administrativas.

A EMTU/SP no ano de 2022 teve R\$ 11,3 milhões e encerrou o ano de 2022 com disponibilidade de recursos, somente próprios, de R\$ 38,9 milhões sem deixar de pagar todos os seus fornecedores regularmente. Cabe lembrar também que a empresa encerrou o ano sem nenhum passivo oneroso com nenhuma instituição bancária.

A empresa também regularizou seus processos de registro e depreciação de ativos trazendo maior clareza às suas demonstrações financeiras da real situação econômica da empresa. Para efeito de comparação a empresa havia encerrado o ano de 2019 com o prejuízo contábil de R\$ 56 milhões e encerrou o ano de 2022 com o resultado contábil positivo de R\$ 15,9 milhões. Outro evento importante ocorreu em dezembro de 2022 quando foi dada autorização para a regularização de CNAEs da EMTU/SP, passando a empresa, a partir de 2023, a ser identificada não mais como uma empresa pública operadora de transportes, mas como uma empresa pública reguladora de atividade econômica. Tal ajuste dos CNAEs, regularizam institucionalmente as atribuições da companhia e poderá gerar outros benefícios, inclusive tributos previdenciários.

A apuração do resultado está devidamente detalhada nas Notas Explicativas e nos diversos relatórios que compõem o encerramento do exercício de 2022.

4.1. REALIZAÇÃO ORÇAMENTARIA 2022

Despesa de Custeio
Aproximadamente 72% das receitas operacionais da EMTU são diretamente relacionadas à demanda do transporte de passageiros, que apresentou uma queda considerável logo no início da pandemia, da ordem de 70%. Isso causou perdas financeiras significativas, superiores a R\$ 60 milhões, de março/20 (início da pandemia) a dezembro/21, e que foram absorvidas pelo saldo disponível de caixa da empresa.

A EMTU/SP, assim como todo o setor produtivo e de serviços, apresentou uma melhora em relação ao cenário causado pela pandemia, sendo que os níveis de transporte de passageiros atingiram um percentual de 90% em comparação ao que se transportava no período pré-pandemia. Isso fez com que a EMTU/SP começasse um processo de recuperação, graças a ações estabelecidas pela Direção, e pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos, podendo assim manter a sua solvência e os pagamentos dos fornecedores em dia, sem transferir a recursos de Terceiros ou do Estado, e fechando o ano de 2022 com o saldo disponível de recursos próprios em caixa em torno de R\$ 38,9 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Expresso em R\$ mil)

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Receita Operacional Líquida	17	159.700	114.313
Custo dos Serviços Prestados	20	(76.476)	(71.088)
Resultado Bruto antes da Depreciação e Amortização		83.224	43.225
Depreciação e Amortização sobre Obras e Terminais	20	(31.599)	(31.590)
Resultado Operacional Bruto		51.625	11.635
Receitas (Despesas) Operacionais Gerais e Administrativas	20	(15.786)	(50.035)
Provisão para Contingência	20	(21.057)	(2.401)
Outras Receitas Operacionais	18	4.734	4.832
Outras Despesas Operacionais	19	(5.487)	(9.955)
Variáveis Monetárias Passivas		(530)	(405)
Batida de bens do Ativo Permanente		7	-
Receita da Doação Bens Ativo Imobilizado		2	-
Custo dos Serviços Prestados		(38.117)	(37.961)
Resultado antes do Resultado Financeiro		13.508	(46.326)
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	21	4.244	1.576
Despesas Financeiras	21	(567)	(226)
Resultado Financeiro Líquido		3.677	1.350
Lucro (Prejuízo) Antes da Contribuição Social e de Imposto de Renda		17.185	(44.976)
Imposto de Renda		(928)	-
Contribuição Social sobre o Lucro		(345)	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		15.912	(44.976)
Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações		0,01	0,02

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Expresso em R\$ mil)

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.518.069/0001-91

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e Bancos	2.077	1.640
Aplicações Financeiras	42.805	16.419
TOTAL	44.882	18.059

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa e estão atreladas às modalidades CDB/CDI e poupança, mantidas em instituições de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Secretaria dos Transportes Metropolitanos (c)	952	-	1.424	-
Remuneração por Serviços de Gerenciamento	10.847	1.439	9.811	1.439
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (b)	14.113	-	12.527	-
Ressarcimento de Despesas	26.420	-	17.383	-
Fretamento das Regiões Metropolitanas	39	-	1.996	-
Monitoramento	188	-	188	-
Auto de Infração e Sanção de Multa	323	-	728	-
ABC Sistema de Transporte SPE S/A (antiga Metra Sistema de Transporte de Transportes Ltda) (a)	1.136	-	782	-
Outros Créditos	8.739	278	7.434	279
(-) Créditos Vencidos e não Recebíveis (d)	(21.222)	(1.717)	(21.097)	(1.718)
TOTALS	41.535	31.176	41.535	31.176

a) O contrato de concessão nº 20/97, firmado em maio/97 com a METRA - Sistema Metropolitano de Transportes Ltda., deu início a operação do Corredor Metropolitano de Trolebus São Mateus/Jabaquara; a partir de maio/98, assumiu por força do contrato, a responsabilidade da manutenção e conservação da infraestrutura do sistema viário e a comercialização dos bilhetes magnéticos. Em setembro/01 por meio do T.A. 004/01 de 15/08/01, a execução de serviços correspondentes às funções de administração, operação, conservação, manutenção e vigilância patrimonial para preservação

7. IMOBILIZADO	31.12.2022		2021	
	Taxa de Depreciação	Vida Útil (em anos)	Custo	Depreciação Acumulada
Móveis e Utensílios	10%	10	1.288	(1.207)
Terrenos	-	-	133.868	-
Edificações	1,8666% a 1,2400%	70	17.989	(1.915)
Construção Terminais Metropolitanos	0,8054% a 1,8666%	70	426.103	(81.251)
Beneficência em Imóveis de Terceiros	0,0334% a 20,00%	50	6.845	(4.511)
Sistema Equipamento Auxiliar e Manutenção	6,67%	10	4.500	(4.500)
Sistema VLT Baixada Santista	4,66%	50	485.743	(96.218)
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	5	4.116	(3.619)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	10%	10	3.013	(2.632)
Sistemas de Controle, Telecomunicações e Alimentação Elétrica	0,9700%	25 a 50	39.056	(30.040)
Imobilizações em Andamento	0%	-	427.560	-
Projeto Ônibus de Célula a Hidrogênio	0%	-	16.811	-
Instalações	10%	10	1.524	(1.433)
Veículos Auxiliares	20%	10	10.883	(9.104)
TOTALS			1.579.299	(236.430)

As taxas de depreciação apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a depreciação foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos imobilizados. Ativo imobilizado em andamento Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantinha registrado no Ativo Imobilizado o montante de R\$ 427.560 (R\$ 353.005 em dezembro de 2021), referente à Imobilização em Andamento, que estava composto da seguinte maneira:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Obras em andamento - São Paulo	190.708	-	157.845	-
Obras em Andamento - Baixada Santista	213.663	-	125.094	-
Obras em Andamento - Campinas	20.564	-	67.441	-
Obras em Andamento - Vale do Paraíba	1.073	-	1.073	-
Obras em Andamento - Sorocaba	1.552	-	1.552	-
TOTALS	427.560	-	353.005	-

A Companhia, por meio dos seus Departamentos Contábil e de Obras, tem realizado trabalhos e elaborado relatórios periódicos que tem como objetivo identificar e quantificar o volume de obras que estão encerradas, cujos ativos já se encontram concluídos e em efetiva operação, a fim de efetuar as devidas transferências para o Ativo Imobilizado em uso, passando assim a registrar a depreciação desses ativos com base nas respectivas vidas úteis estimadas dos bens transferidos.

O relatório trabalho resultou, até 31 de dezembro de 2019, na transferência do montante de R\$ 905.883 para o imobilizado em uso referente ao VLT Baixada Santista e das obras relativas aos corredores metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo, Campinas e Baixada Santista, que já possuem trechos em operação e R\$ 867.930, para o ativo intangível relacionado aos corredores metropolitanos.

7.1 Avaliação de recuperação dos ativos imobilizados - Impairment Test De acordo com as Normas de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em vigor, a "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", dos itens do ativo imobilizado que apresentem sinais de seus custos-entregos superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou o teste de recuperabilidade econômica dos ativos imobilizados e não identificou evidências de ajustes a serem contabilizados. Quando aplicado o teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo ou seu valor em uso. A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, consequentemente, de caixa é associada às políticas públicas de transporte, relacionadas principalmente às taxas de Gerenciamento e Fretamento de transporte público das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Campinas, além de locação e sublocação de imóveis e receitas decorrentes do transporte escolar metropolitano. Desta forma, a prática contábil adotada pela Companhia não se baseia em valor recuperável, mas sim no cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos a

8. INTANGÍVEL	31.12.2022		2021	
	Taxa de Amortização	Vida Útil (em anos)	Custo	Amortização Acumulada
Sistemas de Processamento de Dados	20%	5	5.708	(5.598)
Marcas e Patentes	-	-	12	-
Projetos e Desenvolvimento Sistema Trolebus	5%	20	17.067	(17.067)
Projeto de sistema de Processamento	20%	5	464	-
Custo dos Projetos Subregião de São Paulo	4%	25	2.050	(435)
Corredores Metropolitanos	1,5266% a 1,9400%	70	1.100.935	(240.038)
TOTALS			1.126.236	(263.138)

As marcas registradas e as licenças adquiridas, bem como, projetos são demonstradas pelo custo histórico e por serem considerados, ativos com vida útil indefinida, não serão amortizados.

As taxas de amortização apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a amortização foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos intangíveis.

A partir de novembro/2021, em decorrência das análises dos bens do ativo intangível que determinou a alteração das suas respectivas vidas úteis, houve ajustes realizados no resultado do exercício de 2021 em função da alteração dos valores da depreciação, no montante de R\$ 24.510.

Em decorrência das transferências durante o exercício de 2019 foi contabilizado o montante de R\$ 131.131 relativo à amortização dos custos com corredores metropolitanos e R\$ transferidos para o ativo intangível, sendo que desse montante R\$ 96.414 foram contabilizados como ajuste de exercícios anteriores e R\$ 34.717 no resultado do exercício.

8.1 Avaliação de recuperação dos ativos intangíveis - impairment test Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou o teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangíveis e não identificou evidências de ajustes a serem contabilizados. Ademais, conforme mencionado anteriormente, o modelo de negócio praticado pela Companhia não prevê a maximização de lucro, haja vista que sua geração de receitas e consequente, de caixa, sofre interferência de políticas público-sociais.

Nesse sentido a Administração da Companhia entende que os valores aplicados nas obras acima referidas que deram origem a esses ativos intangíveis (Corredores Metropolitanos), não tem por objetivo o retorno do investimento realizado, sendo que não foram identificadas mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos intangíveis utilizados em suas operações não são recuperáveis, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2022, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

Os investimentos realizados pela EMTU/SP nas obras acima discriminadas que deram origem aos principais saldos relativos ao ativo intangível ficam a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância entre a capacidade de geração de receita e caixa por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos intangíveis registrados na Companhia.

9. FONECEDORES	31.12.2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Secretaria da Receita Federal - Refis	502	377	502	879
CMT	-	-	1.410	-
Serviço Especial - Ligado	13.521	-	11.944	-
Remição/Remição RTO/Sênior	584	-	1.354	-
Programa Passe Livre	2.684	-	706	-
Porto Seguro	1.474	-	1.214	-
TB	833	-	578	-
Nxon	238	-	230	-
Ame	255	-	-	-
Metra Sistema Metropolitano	3	-	100	-
Benmer	28	-	53	-
Sodexo	-	-	426	-
Ticket	148	-	151	-
Reequilíbrio	-	-	-	-
Outros	5.868	336	2.869	336
TOTALS	26.138	713	21.537	1.215

das instalações dos terminais, incluindo a responsabilidade por investimentos na recuperação do pavimento rígido do viário. Por meio do Termo Aditivo nº 13 ao Contrato 020/97, assinado em março de 2021 com a ABC Sistema de Transporte SPE S/A. (antiga Metra), as linhas de ônibus remanescentes da Área 5, anteriormente operadas por 16 permissionárias, passaram a estar sob responsabilidade desta concessionária.

b) Em 2014 com o encerramento do Convênio 007/2009 - Programa Ligado celebrado entre EMTU/SP e a Secretaria de Estado da Educação (SEE), em atendimento ao benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre). Secretarias das escolas da rede pública estadual bem como daqueles atendidos por entidades assistenciais conveniadas com a SEE, tendo em vista ainda, a necessidade de garantir o atendimento e o cumprimento da Resolução SE nº 29 de 09/05/2011, como também o acordo judicial, Ação Pública nº 583.00.2009.122559-6, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, a EMTU/SP e a SEE se viram compelidas a prestar os serviços durante o período de 08 de julho a 04 de setembro de 2014, sem cobertura do novo convênio.

c) Em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista), e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 28 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre). Secretarias dos Transportes Metropolitanos R\$ 952 (R\$ 589 em 2021). No exercício de 2021 o valor de R\$ 835, refere-se a custo com operação de infraestrutura totalizando o valor de R\$ 1.424. Em dezembro de 2022 foi publicado a Lei Estadual 17.611/2022, garantindo para todos os usuários com 60 a 65 anos de idade, da rede metropolitana de transporte, a gratuidade a partir de 2023.

d) A Companhia mantém contabilizado a título de Estimativa para Créditos de Liquidação Duvidosa, o montante de R\$ 22.839 (R\$ 22.815 em 2021). Os títulos cujas perdas foram reconhecidas referem-se substancialmente a aqueles que atendem os critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS	31.12.2022		31.12.2021	
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Depósitos Judiciais - Justiça do Trabalho	946	-	2.767	-
Depósitos Judiciais - Cíveis e Fiscais	730	-	1.099	-
TOTALS	1.676	-	3.866	-

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências trabalhistas em que a EMTU/SP é parte.

7. IMOBILIZADO	31.12.2022		2021	
	Taxa de Depreciação	Vida Útil (em anos)	Custo	Depreciação Acumulada
Móveis e Utensílios	10%	10	1.288	(1.207)
Terrenos	-	-	133.868	-
Edificações	1,8666% a 1,2400%	70	17.989	(1.915)
Construção Terminais Metropolitanos	0,8054% a 1,8666%	70	426.103	(81.251)
Beneficência em Imóveis de Terceiros	0,0334% a 20,00%	50	6.845	(4.511)
Sistema Equipamento Auxiliar e Manutenção	6,67%	10	4.500	(4.500)
Sistema VLT Baixada Santista	4,66%	50	485.743	(96.218)
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	5	4.116	(3.619)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	10%	10	3.013	(2.632)
Sistemas de Controle, Telecomunicações e Alimentação Elétrica	0,9700%	25 a 50	39.056	(30.040)
Imobilizações em Andamento	0%	-	427.560	-
Projeto Ônibus de Célula a Hidrogênio	0%	-	16.811	-
Instalações	10%	10	1.524	(1.433)
Veículos Auxiliares	20%	10	10.883	(9.104)
TOTALS			1.579.299	(236.430)

ativos similares em bases equivalentes de Mercado na data de preparação das demonstrações. Por serem investimentos que tem finalidade social, a Administração da Companhia entende que os valores aplicados nas obras acima referidas, não tem por objetivo o retorno do investimento realizado, sendo que não foram identificadas mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis.

Os investimentos realizados pela EMTU/SP nas obras acima discriminadas ficaram a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância entre a capacidade de geração de receita e caixa por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos imobilizados registrados na Companhia.

7.2 Vida útil econômica dos bens e Valor Residual Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas avaliações quanto à vida útil econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, atendendo a aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, sendo que foram elaborados e emitidos laudos para suportar as vidas úteis dos bens que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia. Em decorrência das análises, as vidas úteis de determinados bens que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia, foram alterados e, consequentemente, houve impacto direto no reconhecimento da depreciação no resultado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A partir de novembro/2021, em decorrência das análises dos bens do ativo imobilizado que determinou a alteração das suas respectivas vidas úteis, houve ajustes realizados no resultado do exercício de 2021 em função da alteração dos valores da depreciação, no montante de R\$ 5.811.

A partir de janeiro de 2022	Até dezembro de 2022	
	Estimada	Definida
01.03.02.01.00 Veículos	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.01.05 Sistema de Alimentação Elétrica	10 - 30 anos	30 anos
01.03.02.02.00 Imóveis	25 - 70 anos	70 anos
01.03.02.02.05 Sistema de Controle	25 - 50 anos	50 anos
01.03.02.03.00 Máquinas Aparelhos e Equipamentos	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.03.05 Sistema de Telecomunicações	10 - 25 anos	25 anos
01.03.02.04.00 Móveis e Utensílios	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.04.05 Sistema de Equipamentos Auxiliar	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.05.00 Equipamentos de Processamento de Dados	02 - 05 anos	05 anos
01.03.02.05.05 Sistema de Equipamentos de Manutenção	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.06.00 Instalações	05 - 10 anos	10 anos

10. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Salários e ordenados a pagar	1.881	-	1.698	-
Pensão alimentícia a pagar	21	-	24	-
Honorários diretoria e conselhos a pagar	114	-	125	-
Rescisões trabalhistas a pagar	23	-	27	-
INSS a recolher	1.812	-	1.550	-
FGTS a recolher	626	-	430	-
Mensalidade sindical a pagar	2	-	1	-
Verba de sucumbência a pagar	27	-	27	-
Empréstimo consignado a pagar	134	-	120	-
Obrigações Trabalhistas	4.640	-	4.032	-
IRRF a recolher	2.109	-	1.753	-
ISS retido na fonte a recolher	177	-	135	-
Pasep a pagar	187	-	129	-
Cofins a pagar	869	-	597	-
INSS retido na fonte a recolher	264	-	204	-
Pis/Cofins/CSLL retidos a recolher	179	-	147	-
Obrigações Fiscais	3.785	-	2.965	-
Total	8.425	-	6.997	-

Em 23 de agosto de 2022 a Administração da EMTU/SP por meio dos seus assessores jurídicos impetrou Ação Cível de Procedimento Comum contra a União Federal - Fazendas Nacionais na 8ª Vara Cível Federal de São Paulo (AÇÃO DECLARATÓRIA DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CUMULADA COM AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDEBITO TRIBUTÁRIO COM PEDIDO LIMINAR) objetivando obter o benefício da imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "a" da Constituição Federal, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no sentido de que as empresas públicas e as sociedades de economia mista, delegatárias de serviços públicos essenciais, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca. Independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço, cuja decisão foi proferida no Recurso Extraordinário (RE) 1320054, com trânsito em julgado em 31 de maio de 2021.

Além da declaração da imunidade tributária quanto ao IRPJ e à CSLL com pedido de liminar, foi requerido i) a restituição dos valores eventualmente recolhidos dos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2022; ii) a restituição dos valores já eventualmente recolhidos corrigidos pelos índices oficiais; iii) a restituição de eventuais outros valores por ela recolhidos a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, posteriores ao ajuizamento da presente ação, valores estes, devidamente corrigidos pelos índices oficiais; e iv) condenar a UNIÃO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, a serem arbitrados pelo juízo. O valor atribuído à causa é no montante de R\$ 3.200.

Em 19 de outubro de 2022 a União Federal - Fazenda Nacional apresentou contestação no pleito, fazendo não improcedência com a sua condenação no pagamento de custas e honorários advocatícios, sendo que em 26 de outubro de 2022 houve decisão desfavorável à EMTU/SP em relação à concessão de tutela antecipada, intimando às partes à manifestação quanto ao interesse na produção de provas.

Nesse contexto, a Administração da Companhia manteve a opção, de forma conservadora, em provisionar e recolher o IRPJ e a CSLL apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 até que se tenha garantias que tal benefício poderá ser atribuído à EMTU/SP.

11. RECEBIMENTOS ANTECIPADOS	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recebimentos antecipados (VT's Biletes e Convênios)	5.090	-	3.663	-

O valor de R\$ 5.090 (R\$ 3.663 em 2021) refere-se a recebimentos relativos à comercialização pela EMTU/SP de Vales Transporte faciais, conforme Lei Federal nº 7.160/2006, em âmbito do Vale Transporte mediante a Resolução STM nº 083/07, da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, que incumbiu por delegação a EMTU/SP de administrar, operacionalizar e emitir os VT



Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.518.069/0001-91

BALANÇO SOCIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Mais do que apenas buscar a eficiência empresarial, a EMTU/SP engaja-se e estimulam iniciativas que visam à promoção humana, a responsabilidade social e o respeito ao meio ambiente.

1. BASE DE CÁLCULO	31.12.2022		31.12.2021	
	(R\$ mil)	% sobre RL	(R\$ mil)	% sobre RL
Receita Líquida (RL)	159.700	114.313	159.700	114.313
Resultado Operacional (RO)	51.625	11.635	51.625	11.635
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	82.081	74.417	82.081	74.417

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

	31.12.2022			31.12.2021		
	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	5.419	6,60	3,39	4.955	6,94	4,33
Encargos Sociais Compulsórios	18.441	22,47	11,55	16.245	22,75	14,21
Saúde	15.928	19,41	9,97	12.886	18,04	11,27
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	43	0,05	0,03	59	0,08	0,05
Auxílio Creche	137	0,04	0,02	103	0,14	0,09
Programa Empresa Cidadã-Maternidade	34	0,17	0,09	44	0,06	0,04
Outros	366	0,45	0,23	593	0,83	0,48
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	40.368			34.885		

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

	31.12.2022			31.12.2021		
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Centro Atendimento ao Passageiro Especial - CAPEs	2.294	4,44	1,44	2.163	18,59	1,89
Serv. Especial Ligado - SEE	626	1,21	0,39	435	3,74	0,38
Outros	366	0,71	0,23	251	2,16	0,22
Total das contribuições para a sociedade	3.286	6,37	2,06	2.849		
Tributos (excluídos encargos sociais)	18.728			11.481		
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	22.014			14.330		

4. INDICADORES AMBIENTAIS

	31.12.2022			31.12.2021		
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.809	3,50	1,13	1.695	14,57	1,48

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

	31.12.2022	31.12.2021
Nº de empregados ao final do período	475	471
Nº de admissões durante o período	11	4
Nº de demissões durante o período	7	23
Nº de diretores (1)	2	3

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES

	31.12.2022	31.12.2021
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) diretores e gerentes	(X) diretores e gerentes
Os padrões de Segurança e saúde pública no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) diretores e gerentes	(X) diretores e gerentes
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores a empresa:	(X) não se envolve	(X) não se envolve
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) todos os empregados	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) são exigidos	(X) são exigidos

COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE

A EMTU/SP procura dar a sua contribuição para uma sociedade ambientalmente equilibrada, adotando práticas relativas à preservação do meio ambiente e coordenando e/ou gerenciando projetos que levem à redução da emissão dos gases nocivos à atmosfera.

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

A EMTU/SP busca de forma ética desenvolver ações socialmente responsáveis que levem ao bem comum e à inclusão social.

MODELO IBASE DE BALANÇO SOCIAL

A EMTU/SP adota, para a apresentação das informações de seu Balanço Social, a formatação sugerida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE. De forma simples e eficiente, a empresa procura demonstrar à sociedade como suas atividades produtivas estão voltadas à oferta de um serviço de transporte público intermunicipal ágil, acessível e seguro.

RELAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Balanço Social Anual, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Nossos procedimentos foram planejados e executados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria (NBC TO 3000 - Trabalho de Auditoria Independente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 - Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information) e de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 - Emissão de Relatório de Auditoria Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Essas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos e o planejamento e a execução do trabalho de auditoria para obter segurança razoável das informações sociais identificadas.

Um trabalho de auditoria razoável conduzido de acordo com a NBC TO 3000, equivalente à ISAE 3000, consiste principalmente de investigações a administração da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP e outros profissionais da Empresa envolvidos na elaboração das informações divulgadas no Balanço Social Anual 2022, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitam concluir na forma de auditoria razoável sobre as informações divulgadas no referido Balanço Social Anual.

Os procedimentos aplicados compreendem:

a) o planejamento do trabalho considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e o sistema operacional e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações divulgadas no Balanço Social 2022;

b) o entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores;

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, e do Valor Adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos, bem como do Relatório da Administração e do Balanço Social.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Baseados nesse exame, as informações obtidas junto à Administração da Empresa e em análises procedidas periodicamente nos balanços e, ainda, no pronunciamento dos Auditores Independentes, os Membros do Conselho Fiscal são de parecer que as contas e demonstrações contábeis estão em

RELAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento do Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas somente para fins de comparabilidade foram por nós examinadas, que elas emitimos relatório datado de 14 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparentemente distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro, não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria apropriados em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis de acordo com o exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba Pr, 08 de fevereiro de 2023.

BAZZANEZE Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 3.942/0-6
CVM 5193

Ediclei Cavalheiro de Ávila Karini Letícia Bazzaneze
Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 5344 CNAI 6254

Ediclei Cavalheiro de Ávila Karini Letícia Bazzaneze
Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 5344 CNAI 6254

Ediclei Cavalheiro de Ávila Karini Letícia Bazzaneze
Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 5344 CNAI 6254

Ediclei Cavalheiro de Ávila Karini Letícia Bazzaneze
Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 5344 CNAI 6254

Ediclei Cavalheiro de Ávila Karini Letícia Bazzaneze
Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 5344 CNAI 6254

Ediclei Cavalheiro de Ávila Karini Letícia Bazzaneze
Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 5344 CNAI 6254

Ediclei Cavalheiro de Ávila Karini Letícia Bazzaneze
Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 5344 CNAI 6254

Ediclei Cavalheiro de Ávila Karini Letícia Bazzaneze
Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 5344 CNAI 6254

Ediclei Cavalheiro de Ávila Karini Letícia Bazzaneze
Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 5344 CNAI 6254

Ediclei Cavalheiro de Ávila Karini Letícia Bazzaneze
Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 5344 CNAI 6254

Ediclei Cavalheiro de Ávila Karini Letícia Bazzaneze
Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 5344 CNAI 6254

INDICADORES DE TREINAMENTO

PROGRAMA / EVENTOS / CURSOS	31.12.2022		31.12.2021	
	Participantes	Homem/Hora	Participantes	Homem/Hora
Integração	66	1,14	39	1,08
Aperfeiçoamento Profissional	52	35,15	118	23,05
Especialização e Atualização	808	2,66	184	23,03
Capacitação e Reciclagem	379	1,50	134	20,32
Eventos	1.400	0,26	512	0,01
TOTAL - INDICADORES DE TREINAMENTO	2.705		987	

INDICADORES DE TREINAMENTO

	31.12.2022	31.12.2021
Número de Cursos	23	20
Empregados Treinados	2.705	987
Homens / Horas	40.71	67.49

INVESTIMENTOS TOTAIS (R\$ mil)

	31.12.2022	31.12.2021
Investimentos em programas e/ou projetos externos	17	29

INDICADORES SOCIAIS

NATUREZA DE ATENDIMENTO	31.12.2022		31.12.2021	
	Empregados	Não Empregados	Empregados	Não Empregados
Saúde e Medicina do Trabalho	462	-	428	-
Exame Admissional	11	-	4	-
Exame Demissional	7	-	23	-
Exame Periódico	444	-	401	-
Serviço Social	29	14	18	14
Licença Maternidade	1	-	3	-
Licença Paternidade	3	-	1	-
Visita Social / Assistencial	2	-	-	-
Auxílio-Doença	12	-	5	-
Retorno ao Trabalho	6	-	2	-
Nascimentos	4	-	4	-
Falecimentos	1	14	3	14
Qualidade de Vida	571	210	474	169
Vacinação antigripal	276	210	203	169
Paléstra/Saúde/Qvt	295	-	271	-
Segurança do Trabalho	61	-	242	40
SIPAT	57	-	205	40
CIPA	-	-	37	-
Número de Acidente de Trabalho	4	-	-	-
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS	1.123	224	1.162	223

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

A EMTU/SP busca de forma ética desenvolver ações socialmente responsáveis que levem ao bem comum e à inclusão social.

MODELO IBASE DE BALANÇO SOCIAL

A EMTU/SP adota, para a apresentação das informações de seu Balanço Social, a formatação sugerida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE. De forma simples e eficiente, a empresa procura demonstrar à sociedade como suas atividades produtivas estão voltadas à oferta de um serviço de transporte público intermunicipal ágil, acessível e seguro.

RELAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Balanço Social Anual, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Nossos procedimentos foram planejados e executados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria (NBC TO 3000 - Trabalho de Auditoria Independente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 - Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information) e de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 - Emissão de Relatório de Auditoria Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Essas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos e o planejamento e a execução do trabalho de auditoria para obter segurança razoável das informações sociais identificadas.

Um trabalho de auditoria razoável conduzido de acordo com a NBC TO 3000, equivalente à ISAE 3000, consiste principalmente de investigações a administração da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP e outros profissionais da Empresa envolvidos na elaboração das informações divulgadas no Balanço Social Anual 2022, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitam concluir na forma de auditoria razoável sobre as informações divulgadas no referido Balanço Social Anual.

Os procedimentos aplicados compreendem:

a) o planejamento do trabalho considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e o sistema operacional e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações divulgadas no Balanço Social 2022;

b) o entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores;

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, e do Valor Adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos, bem como do Relatório da Administração e do Balanço Social.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Baseados nesse exame, as informações obtidas junto à Administração da Empresa e em análises procedidas periodicamente nos balanços e, ainda, no pronunciamento dos Auditores Independentes, os Membros do Conselho Fiscal são de parecer que as contas e demonstrações contábeis estão em

RELAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento do Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas somente para fins de comparabilidade foram por nós examinadas, que elas emitimos relatório datado de 14 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparentemente distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</